



A população feminina e as transições familiares através da demografia

Autora: Piedade Lalanda

Doutorada em Ciências Sociais – Sociologia, pela Universidade de Lisboa (Instituto de Ciências Sociais)

Email: piedade.lalanda@clix.pt

Resumo:

O presente artigo tem por objectivo comparar dois acontecimentos que marcam a vida das mulheres, o casamento e o nascimento do primeiro filho, a partir dos dados estatísticos da Demografia, tendo por regiões de referência os Açores e Lisboa.

Ao mesmo tempo que caracteriza a população feminina em idade fértil, entre os 15 e os 49 anos, pretende-se entender que características têm as mulheres açorianas e lisboetas quando casam ou são mães e, em que medida, essa condição tem sofrido alterações nas últimas décadas.

Palavras Chave: Transições, Família, Casamento, Maternidade, Percurso, Açores, Lisboa, Demografia.

Abstract

This paper compares two familiar events who affect women's life, marriage and birth of the first child. We support our analysis on demographic statistics of two Portuguese regions: Azores and Lisbon.

We pretend to characterise the female population between fifteen and forty nine years old, especially when they become married women and mothers, and compare women from Azores and from Lisbon, at those transition moments, in the last decades.

Key words: Transition, Private Household, Marriage, Childbirth, Life cycle, Azores, Lisbon, Demography.

The Female Population and familiar transitions through out the Demography

“A estatística desempenha um papel essencial; mas a sua função é a de indicador, assinalando as variações específicas no modo como as pessoas são apanhadas numa rede de relações”

Norbert Elias, (1999)

Introdução

O início da vida conjugal e o nascimento do primeiro filho são acontecimentos que podemos, de alguma forma, mapear através das fontes estatísticas demográficas. A quantificação destes registos não invalida a necessidade da sua interpretação interdisciplinar, já que os comportamentos subjacentes aos fenómenos quantificados pela demografia só encontram explicação numa leitura fundamentada no olhar das ciências sociais.

Pretendemos identificar as principais características da população feminina portuguesa, aquando da entrada na conjugalidade e do nascimento dos filhos, em particular o primeiro, comparando duas regiões portuguesas, cujos indicadores demográficos permitem configurar realidades sociográficas diferentes e contrastantes: Lisboa e Açores.

Os indicadores demográficos seleccionados visam caracterizar os actores femininos, em particular as mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos¹ quando confrontadas com o casamento e o nascimento dos filhos, e os fenómenos em estudo, ou seja a nupcialidade e a fecundidade. Assim, pretende-se perceber em que contexto ocorre o casamento e o nascimento dos filhos, enquanto acontecimentos que marcam a trajectória de vida das mulheres.

A abordagem tem, porém, as suas limitações. Podemos traçar um perfil a partir dos registos estatísticos mas, dificilmente compreenderemos a importância do casamento, nas ilhas açorianas ou mesmo em Lisboa, se não conhecermos, por exemplo, os papéis sociais de género que orientam a vida das mulheres. As taxas de natalidade ou mesmo a taxa e o índice de fecundidade nada nos dizem sobre a representação e o uso da contracepção. Estes indicadores demográficos só têm pleno significado quando se conhecem, por exemplo, a importância atribuída à criança na família e na sociedade ou a participação social da mulher, em particular a sua inserção no mercado de emprego.

Os registos de casamento são outro fenómeno que carece de uma leitura sociológica e antropológica.² A nupcialidade quantificada segundo a forma (rito católico ou civil) está longe de medir o modo de entrada na vida conjugal. A coabitação ou a união de facto entre indivíduos com estados civis diversos (até mesmo casados) são alguns exemplos da profícua variedade de situações que se encobre por detrás de um indicador, aparentemente simples, da forma do laço nupcial ou mesmo do estado civil.

Assim sendo, uma análise demográfica não caracteriza por si só os fenómenos familiares, neste caso a nupcialidade e a fecundidade, mas constitui um olhar complementar de uma realidade dinâmica e diversa que outras metodologias poderão aprofundar e explicar.

“La diversification des méthodes de collecte des données s'impose: l'enquête démographique quantitative classique doit être complétée par des entretiens qualitatifs. Il est en effet illusoire d'espérer mesurer des attitudes ou encore évaluer les rapports de pouvoir, les statuts et les rôles au moyen d'une méthodologie quantitative.”

Charbit, 1999, p.30

¹ A faixa etária 15-49 anos corresponde, estatisticamente, à idade fértil.

² O texto por nós divulgado no Iº Congresso Português de Demografia (Set.2000) e publicado na Revista Sociologia Problemas e Práticas, nº39 de 2002, pp.69-84, procurou demonstrar a aparente contradição entre o casamento civil maioritário nos Açores e a realidade sociocultural onde predomina o matrimónio católico. Apesar de os registos da Diocese revelarem percentagens elevadas de celebrações de matrimónio, na prática os jovens casam primeiro pelo civil, em grande parte, para beneficiar dos apoios à aquisição de habitação própria, conforme demonstra o cruzamento entre as alterações à percentagem de casamentos civis e a introdução de legislação nesse sentido. Um dos factores importantes a considerar nesse processo reside no condicionalismo das idades do casal, que não deve somar mais de 55 ou 60 anos.

O nosso objectivo é o de tentar perceber quais as principais mudanças que se têm vindo a operar na população portuguesa feminina, em particular nos Açores e em Lisboa (designação abreviada de Lisboa e Vale do Tejo), e procurar situar o modo como as mulheres têm vivido as transições familiares, ou seja, que características sociais apresentam no momento de entrada na conjugalidade e aquando do nascimento dos filhos. Iremos delinear, por um lado, os principais traços que caracterizam a população feminina portuguesa nas últimas décadas, através do estudo de algumas variáveis sociográficas, nomeadamente: a estrutura etária, o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho. Recorremos para o efeito aos Recenseamentos da população (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)³. Por outro lado, iremos caracterizar as transições familiares em estudo (início da vida conjugal e nascimento do primeiro filho) recorrendo aos dados publicados sobre “o casamento” e os “nados-vivos” nas estatísticas demográficas (1960-2003).

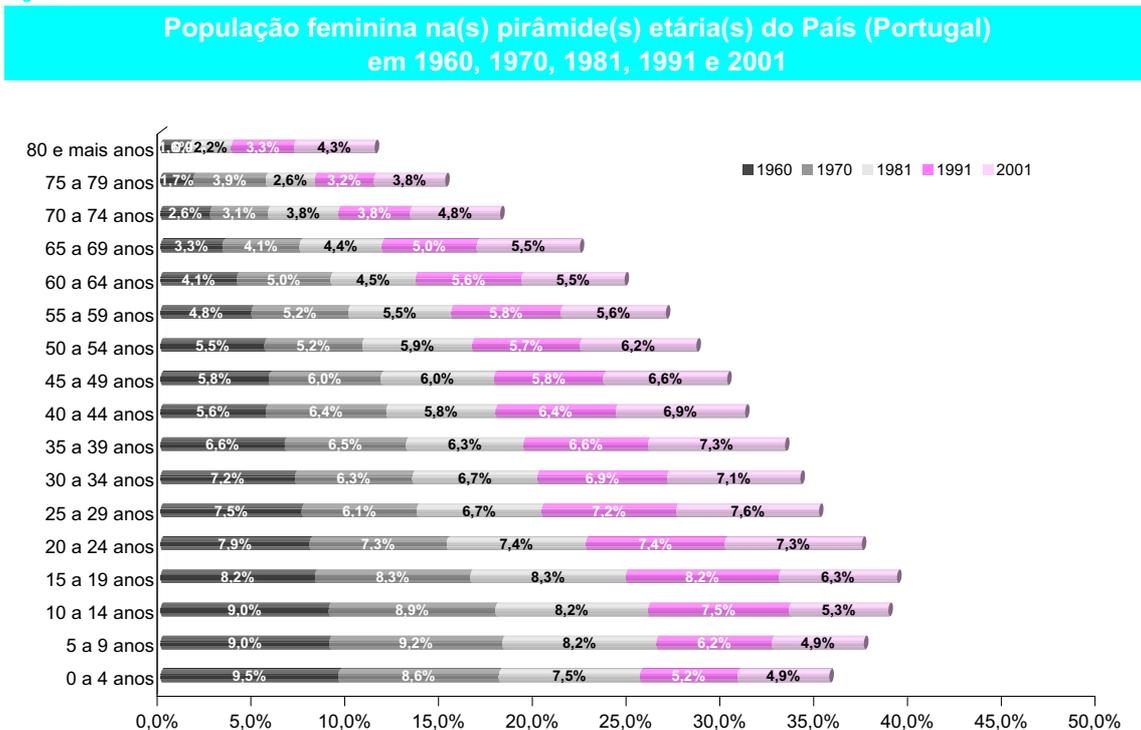
Em alguns quadros, e sempre que a variável idade é referida, limitamos os dados aos grupos etários entre os 15 e os 49 anos, de forma a entender a população mais directamente envolvida nas transições familiares analisadas.

1. Caracterização da população feminina (1960-2001)

1.1 - A população feminina segundo o grupo etário

Uma análise das pirâmides etárias da população portuguesa permite constatar, nos dados referentes às mulheres (“lado feminino”), um alargamento do topo e um estreitamento da base, o que configura uma tendência para o envelhecimento da população.

Figura 1



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

Nascem menos crianças e há mais mulheres mais velhas, fora do universo das idades activas ao nível da fecundidade (50 e mais) e ao nível do mercado de trabalho (65 e mais). Numa imagem caricaturada, diríamos que há mais avós do que netos.

Analisando a figura n.º1, podemos ainda constatar um aumento dos grupos etários com mais de 25 anos, entre 1960 e 2001, o que contrasta com a progressiva diminuição dos grupos etários mais jovens.

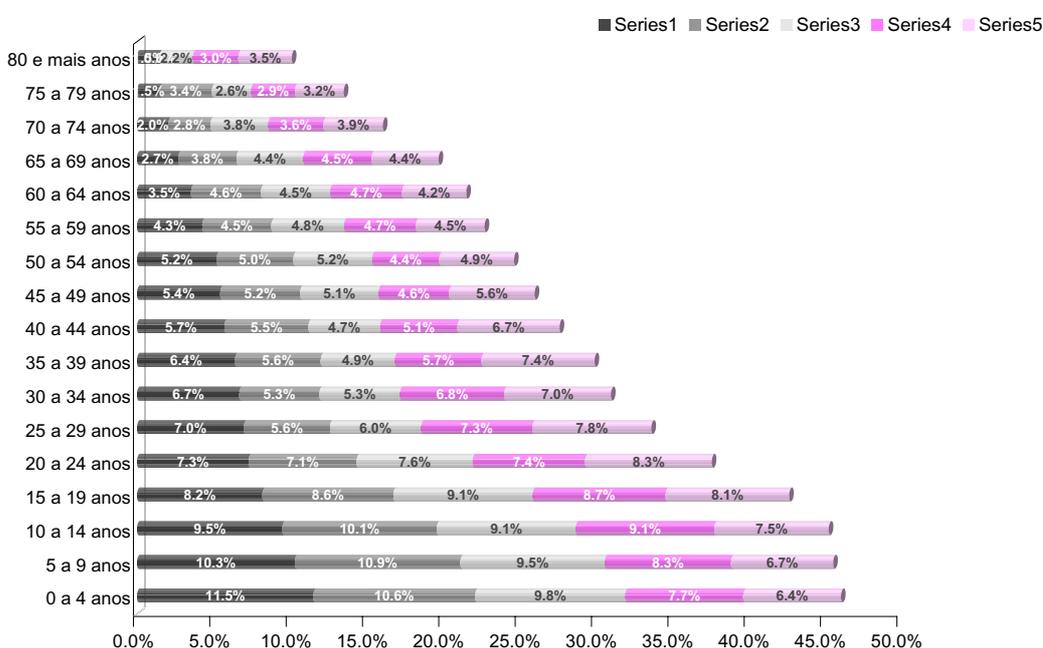
³ Alguns quadros têm por base todos os recenseamentos referidos, outros não, por ausência de informação publicada. Os recenseamentos não estão uniformizados em termos de quadros estatísticos.

Comparando a população portuguesa no seu todo com a que caracteriza a pirâmide etária feminina nos Açores e em Lisboa (ver figuras n.ºs 2 e 3), verifica-se um fenómeno semelhante, sobretudo em Lisboa, onde se regista um decréscimo acentuado da população infantil a partir de 1981. De notar o facto de, por um lado, nascerem menos crianças mas, por outro, há menos que morrem no primeiro ano de vida.⁴

No caso dos Açores (Figura 2) regista-se uma percentagem ligeiramente superior de crianças, o que em parte decorre dos valores mais elevados da natalidade e da fecundidade nesta Região.⁵ Os grupos etários entre os 15 e os 49 anos, parecem recuperar efectivos depois do défice provocado pela emigração, para os Estados Unidos e Canadá, ocorrida nas décadas de 60 e 70⁶. Este aumento percentual é claro nos grupos etários entre os 25 e os 44 anos.

Figura 2

População feminina na(s) pirâmide(s) etária(s) da Região Autónoma dos Açores em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

No caso lisboeta (figura 3), a população feminina entre os 20 e os 39 anos recupera efectivos em 2001 depois de uma manifesta tendência para diminuir registada nas décadas anteriores. Também aumenta o peso relativo dos grupos etários femininos que configuram a denominada terceira idade, ou seja entre os 65 e os 79 anos.

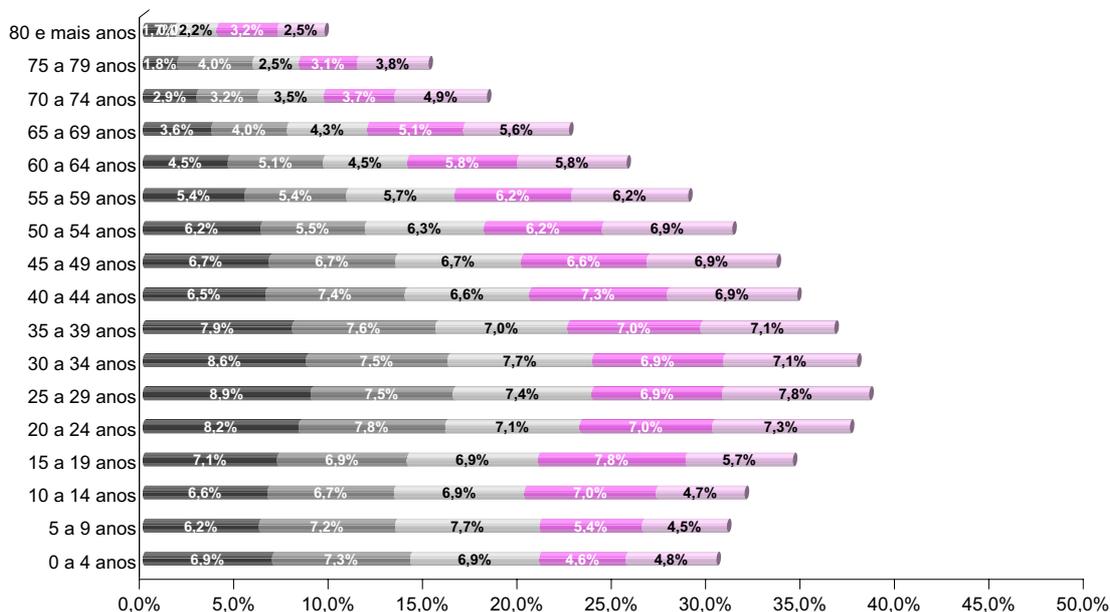
⁴ No caso dos Açores, um dos contributos importantes para a diminuição dos valores da mortalidade infantil foi sem dúvida a introdução do Plano materno-infantil que a partir de 1959 criou em todas as ilhas “postos” de atendimento a grávidas e aumentou a assistência de Enfermagem nos partos que ocorriam no domicílio.

⁵ Veja-se mais adiante a evolução de alguns indicadores demográficos.

⁶ Registe-se a propósito que a emigração açoriana para a América foi sobretudo feita em grupos familiares e não de indivíduos isolados.

Figura 3

População feminina na(s) pirâmide(s) etária(s) da Região de Lisboa e Vale do Tejo em 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1970, 1981, 1991 e 2001)

1.2 – A população feminina (entre os 15 e os 49 anos) segundo o nível de escolaridade (Censos de 1981, 1991 e 2001⁷)

Ao longo das últimas décadas, a escolarização da população portuguesa tem sido objecto de várias reformas cujos objectivos foram, inicialmente, de combate ao analfabetismo e, posteriormente, de prolongamento do tempo de permanência dos jovens no período de formação.

Marcado por um desfasamento entre mulheres e homens em termos do ritmo de escolarização, o peso relativo das mulheres, com dez ou mais anos, que foram consideradas analfabetas no Censos de 2001 (sexo feminino – 10,4 % e sexo masculino – 5,6 %) decresceu em relação ao passado (recenseamento de 1960⁸ - sexo feminino 36,7%, sexo masculino –24,8%).

Analisando apenas a escolarização da população feminina na faixa etária entre os 15 e os 49 anos nos censos de 1981, 1991 e 2001 (ver anexo 1), é evidente o efeito da alteração da escolaridade obrigatória, sobretudo a passagem dos quatro para os seis anos, entre as mulheres com mais e as com menos de vinte anos. Apesar de ainda não representarem valores significativos, começam a ser visíveis os efeitos da reforma de 1986 que prolongou essa escolaridade para os nove anos. Em 2001, 47,7% das mulheres açorianas entre os 15 e os 19 anos tinham completado o 3º ciclo, sendo esse valor de 60,7% na Região de Lisboa e de 58,7% a nível nacional.

Apesar da crescente escolarização das mulheres portuguesas é um facto que Portugal ainda está longe da média europeia, sobretudo quando se analisa o nível de estudos da população feminina, entre os 20 e os 24 anos, que completou o ensino secundário ou superior. Em 2004⁹, 77% da população feminina dos países que integram a Europa a 15, estava habilitada com esse nível mínimo de formação o mesmo acontecendo para 79,6% das mulheres da Europa a 25. Enquanto que em Portugal apenas 58,8% das mulheres tinham completado o secundário ou ensino superior. Note-se que, em termos de escolarização feminina, Portugal apresenta uma das mais baixas percentagens no todo europeu, apenas superior à de Malta (48,7%).

⁷ Os censos de 1960 e 1970 não apresentam a população por sexos e grupos etários conjugada com o nível de escolaridade atingido, nas Regiões de Lisboa e Açores.

⁸ População com mais de 7 anos (INE, Recenseamento de 1960)

⁹ Fonte: Eurostat (2004)

Quando se compara a escolarização da população feminina nas regiões de Lisboa e dos Açores, podemos concluir que esta, muito lentamente, tem vindo a possuir níveis mais elevados de escolaridade, sendo significativo o aumento do número de mulheres, no grupo etário entre 25 e 29 anos, habilitadas com um nível de ensino superior, de 5,1% em 1981 passou para 22,7% em 2001 no todo da população portuguesa, correspondendo a 31,9% na região de Lisboa e a 15,8% na região Açores. Em termos do ensino básico e, apesar de os quatro anos serem exigidos como o mínimo de frequência escolar desde 1964, encontramos percentagens elevadas de mulheres com mais de 25 anos (Açores e total do País) que apenas completaram o primeiro ciclo. Lisboa revela uma maior escolarização das mulheres, sendo menor a percentagem das que apenas possuem quatro anos de escolaridade, mesmo ao nível dos grupos etários com mais de quarenta anos. O inverso também se verifica, ou seja, nos níveis de escolaridade mais elevados, Lisboa regista os valores mais elevados.

Apesar dos diferentes ritmos de crescimento, o aumento da escolarização da população feminina tem sido progressivo e evidente, sobretudo ao nível do ensino superior, onde é cada vez mais significativo o número de mulheres licenciadas, facto que influencia directamente a qualificação dos recursos humanos femininos na população activa¹⁰.

1.3 – A população feminina segundo a condição perante o trabalho (1960-1991)

Ao aumento progressivo da escolarização da população portuguesa, neste caso das mulheres, correspondem mudanças claras na sua posição perante a actividade económica. São cada vez menos as mulheres que assumem uma condição de doméstica e, por consequência, a taxa de actividade feminina aumentou de forma notória nas últimas décadas, particularmente desde os meados dos anos 70.

Uma análise dos recenseamentos em termos da condição perante o trabalho das mulheres segundo o grupo etário (ver quadro 1), permite-nos verificar a importância da condição activa nos grupos etários entre os 25 e os 40 anos.

Apesar disso, a Região Autónoma dos Açores apresenta percentagens mais baixas de mulheres activas (1981 - 22,8%, 1991 - 40% e 2001 - 56,1%), sobretudo quando comparada com Lisboa e Vale do Tejo (1981 – 57,7%, 1991 – 64,2% e 2001 – 75,2%). O peso das domésticas naquela Região Autónoma, em 2001 ainda é bastante significativo (23,8% da população entre os 15 e os 49 anos), mesmo nos grupos mais jovens (15-19 anos: Açores – 9,6% e Lisboa – 1,2%; 20-24 anos: Açores – 14,6% e Lisboa – 1,6%).

¹⁰ Em 1991, nos Açores, as mulheres com um nível de ensino médio ou licenciatura completos representavam 14,3% da população activa enquanto, apenas 4,4% dos homens activos possuíam o mesmo nível escolar; na Região de Lisboa e Vale do Tejo, registávamos 13,1% de mulheres e 9,2% de homens; a nível do todo nacional as mulheres com nível médio ou licenciatura completos representavam 12,3% e os homens 8,4%.(INE,1991)

Quadro 1

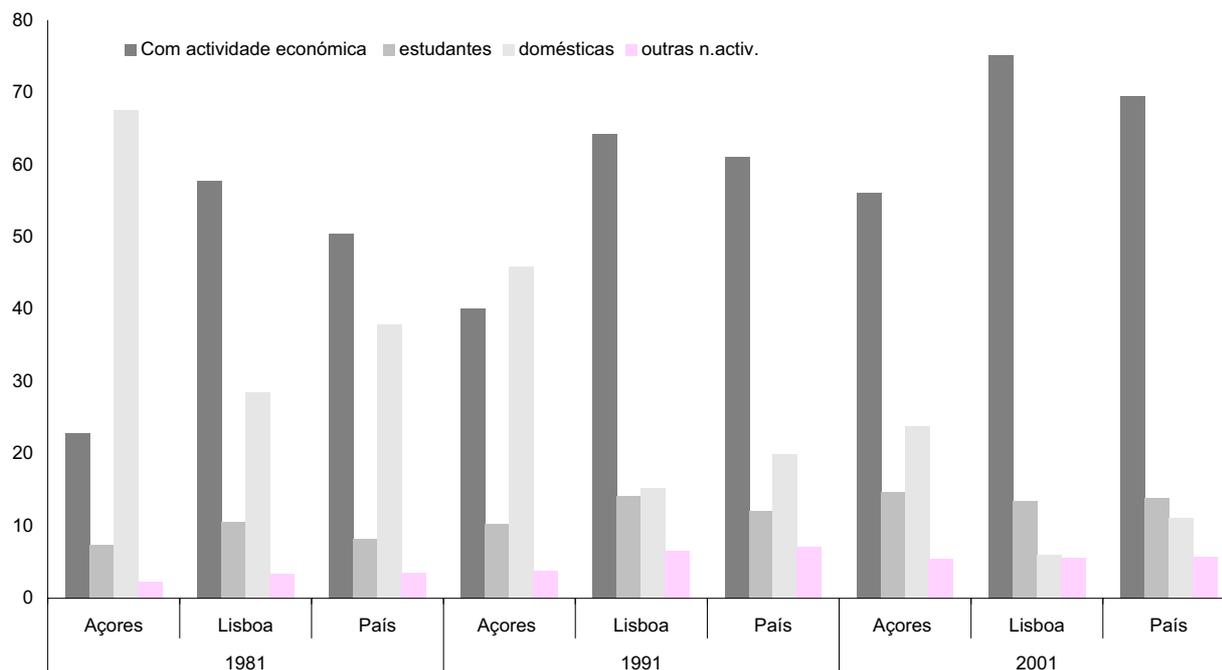
Distribuição da população feminina, entre os 15 e os 49 anos segundo a condição perante o trabalho (censos de 1981, 1991 e 2001) – (%)														
Condição p/ trabalho		C/om actividade			Domésticas			Estudantes			Reformadas e outras			Total
G. Etário	Região	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	
15-19	Açores	17,6	23,1	21,8	54,6	31,5	9,6	25,9	42,4	64,0	1,2	4,0	4,7	100,0
	Lisboa	31,5	24,5	21,7	11,1	4,4	1,2	55,8	66,5	73,1	1,6	4,6	4,0	
	Pais	42,3	34,7	23,4	20,6	7,7	2,2	35,2	52,7	70,3	1,9	5,0	4,2	
20-24	Açores	29,3	46,5	56,8	63,5	38,9	14,6	6,0	10,9	23,6	1,1	3,7	4,9	
	Lisboa	62,6	64,3	64,5	19,5	8,0	1,6	16,5	21,9	28,8	1,3	5,8	4,8	
	Pais	59,0	64,7	64,1	29,1	11,8	3,8	10,4	17,5	27,3	1,5	5,4	4,8	
25-29	Açores	28,4	50,4	72,2	66,9	45,3	20,2	4,7	1,3	3,6	1,3	3,1	4,0	
	Lisboa	72,6	79,2	88,8	24,6	12,9	3,3	1,6	2,7	3,4	1,2	5,1	4,6	
	Pais	62,4	74,1	85,0	35,0	18,0	6,8	1,1	2,3	3,5	1,6	5,6	4,7	
30-34	Açores	26,3	47,3	68,7	71,6	49,3	26,1	0,1	0,4	0,6	1,6	3,0	4,6	
	Lisboa	69,1	78,5	88,7	29,1	15,8	5,6	0,3	0,6	0,7	1,6	5,1	5,0	
	Pais	56,3	72,3	83,3	41,2	21,4	11,0	0,2	0,5	0,6	2,2	5,8	5,1	
35-39	Açores	22,6	44,3	65,8	74,5	52,2	29,5	0,0	0,2	0,2	2,8	3,4	4,5	
	Lisboa	61,9	76,0	87,0	35,1	17,9	7,5	0,2	0,2	0,3	2,8	5,8	5,2	
	Pais	49,2	69,0	79,9	47,3	23,9	14,5	0,1	0,2	0,2	3,4	6,9	5,4	
40-44	Açores	18,5	38,9	58,5	78,0	56,3	35,1	0,0	0,2	0,0	3,4	4,7	6,4	
	Lisboa	55,3	70,4	84,2	39,5	21,7	9,7	0,1	0,2	0,2	5,2	7,7	6,0	
	Pais	43,7	62,0	75,4	50,6	28,4	17,9	0,1	0,2	0,1	5,7	8,8	4,6	
45-49	Açores	16,2	31,2	50,5	77,4	60,9	39,4	0,0	0,3	0,0	6,4	7,6	10,0	
	Lisboa	48,2	60,7	79,2	41,9	27,3	11,8	0,0	0,2	0,1	9,8	11,8	8,9	
	Pais	39,2	53,0	68,9	51,0	33,9	21,4	0,0	0,2	0,1	9,8	12,8	9,6	
Total	Açores	22,8	40,1	56,1	67,6	45,9	23,8	7,3	10,2	14,7	2,3	4,0	5,4	
	Lisboa	57,7	64,2	75,2	28,5	15,2	5,9	10,5	14,1	13,4	3,3	6,5	5,5	
	Pais	50,4	61,0	69,5	37,9	19,9	11,0	8,2	12,0	13,8	3,6	6,9	5,7	

Fonte: Recenseamento da População - 1981 e 1991

Olhando ainda os dados dos recenseamentos (ver quadro1), é notória a diferença existente entre Açores e Lisboa no que toca à percentagem de *estudantes* nos grupos etários entre os 15 e os 29 anos. Em 1991, nos Açores, encontramos 64% de mulheres entre os 15 e os 19 anos na condição de *estudantes*, enquanto na região de Lisboa esse valor atinge os 73,1%. No entanto, no grupo etário entre os 20 e os 24 anos se, em 1991 apenas 10,9% das açorianas ainda eram estudantes, em 2001 registamos 23,6%, valor próximo da média nacional. Na região de Lisboa 28,8% das mulheres entre os 20 e os 24 anos mantém a condição de estudante.

Figura 4

Distribuição da população entre os 15 e os 49 anos, segundo a condição perante o trabalho (Censos 1981, 1991 e 2001) – Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1981, 1991 e 2001)

A figura anterior (nº4) é bem ilustrativa das diferenças na condição perante o trabalho das mulheres nos Açores e em Lisboa, apesar de ser evidente a diminuição entre 1981 e 2001 do número de domésticas naquela Região Autónoma e do aumento das que passaram a activas.

A esta estrutura activa irá corresponder, como adiante veremos, um peso maior nos Açores de casais onde apenas o homem é a fonte do rendimento económico familiar. A imagem do sustento masculino que se contrapõe a uma mulher doméstica e mãe de família sobressai destes dados o que, aliado a uma fraca escolarização dificulta a inserção profissional das mulheres açorianas no mercado de trabalho.

1.4 – A população feminina segundo o estado civil (1960, 1981, 1991¹¹ e 2001)

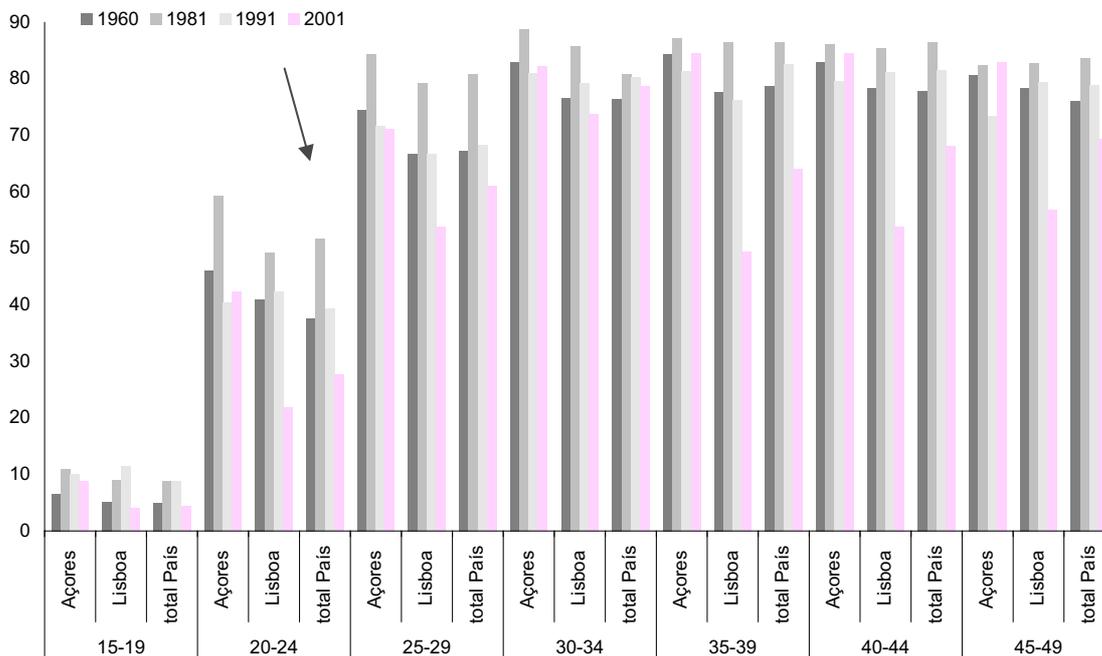
Retomando a condição de doméstica que ainda caracteriza a população feminina açoriana, em particular nos grupos mais jovens, podemos adiantar uma justificação quando se analisa o peso relativo dos casamentos antes dos vinte anos nesta região. Este facto poderá levar algumas mulheres açorianas a desistir, quer do prosseguimento de estudos, quer de uma vida activa, para se dedicarem à “família”. Uma análise da população feminina segundo o estado civil por grupo etário permite registar uma diferença significativa entre a região dos Açores e a de Lisboa, de modo especial no grupo etário dos 20 aos 24 anos, onde se regista, em 2001, um maior número de mulheres açorianas casadas (42,3%) do que entre as lisboetas (22%).

Aparentemente, a mulher açoriana abandona a escola bastante mais cedo do que a lisboeta e não ingressa, em número tão significativo, no mercado de trabalho, assumindo a condição de doméstica, mesmo que isso signifique ficar em casa dos pais, aguardando casar.

¹¹ O recenseamento de 1970 integra a distribuição da população por sexos e grupos etários segundo o estado civil, a nível de concelho, o que exige um trabalho de agregação moroso.

Figura 5

Distribuição da população feminina casada entre os 15 e os 49 anos, segundo o grupo etário nos Censos de 1960, 1981, 1991 e 2001 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País (%)



Fonte: INE – Recenseamentos da População (1960, 1981, 1991 e 2001)

Conforme podemos verificar pela figura anterior (nº5), apesar das diferenças regionais, há uma idade “referência” na passagem da condição de solteira à de casada, os 24/25 anos.

A partir desta idade, a grande maioria das mulheres portuguesas (entre 70 a 80%) encontra-se casada. Na Região de Lisboa essa percentagem é relativamente menor, sobretudo entre os 35 e os 44 anos de idade.

“Uma das maneiras mais interessantes de conhecer alguém, pessoa, coisa ou país, consiste em percorrer as suas mudanças”

António Barreto, 2000, p.39

2. Caracterização demográfica das transições familiares (início da vida conjugal e nascimento do primeiro filho)

2.1 – O casamento – evolução de alguns indicadores (1960 e 1999)

A descoincidência entre a nupcialidade e a conjugalidade é, cada vez mais, uma realidade sociológica e demográfica, apesar de em Portugal este fenómeno ainda não atingir valores muito elevados, quando comparado com alguns países da Europa. A vida conjugal acontece fora de contextos formais, ou seja, em situações de coabitação ou de união de facto, fenómeno ainda difícil de quantificar através dos dados estatísticos disponíveis.¹²

Apesar do aumento significativo do divórcio e das situações de união de facto, Portugal mantém, no contexto europeu, taxas elevadas de nupcialidade, as mais altas da União Europeia, o que, aliado ao menor número de nados-vivos fora do casamento, indicia algum tradicionalismo no que toca à entrada na conjugalidade. O casamento continua a marcar o início da vida conjugal em residência comum e, em geral, sanciona a entrada na parentalidade.

Através de alguns indicadores demográficos¹³ iremos apontar os aspectos mais significativos que nos permitem caracterizar o casamento e o lugar da mulher no casal.

Quadro 2

Alguns indicadores de caracterização do casamento na Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País e Europa dos 15 - entre 1960 e 2003 – (%)										
indicadores	Região	1960	1970	1975	1981	1985	1991	1995	1999	2003
Casamentos mulheres com menos de 20 anos	Total Portugal	18,6	21,5	26	29,6	25	18,3	15,1	11,2	7,4
	Lisboa V.T.	14,9	18,4	x	x	x	x	9,1	5,6	2,3
	Açores	26,2	28,5	x	41,2	38,4	35	34	31	23,9
Casamentos mulheres entre os 20 e os 24 anos	Total Portugal	48,3	50,9	48,9	45,1	46,8	44,4	41,9	38,1	29,2
	Lisboa V.T.	41,3	48,1	x	x	x	x	36,5	32,2	20
	Açores	47,8	53,2	x	45,7	46,6	42,5	40,3	40,3	37,8
Casamentos mulheres entre os 25-29 anos	Total Portugal	21	17,7	14,2	12,7	15,7	23,3	25,8	31,8	37
	Lisboa V.T.	24,7	19,7	x	x	x	x	30,2	37,7	42,6
	Açores	16,6	13,6	x	7,1	8,1	14,1	15,8	16,2	23,2
Casamentos mulheres com 30 e mais anos	Total Portugal	9,4	7	5,3	6,1	6,9	9	11,9	13,2	26,3
	Lisboa V.T.	13,7	9,4	x	x	x	x	15,4	15,8	35,1
	Açores	7,7	3,8	x	2,7	3,4	5,6	6,7	8,5	15,6
Casamentos rito católico	Total Portugal	90,8	86,6	80	74	74,1	72,1	68,8	66,5	59,6
	Lisboa V.T.	68,5	65	53,9	46,6	50,6	56,5	54,9	57,8	48,6
	Açores	94,2	88,1	80,5	66,8	60	41,6	38,4	28,2	27,1
Taxa de nupcialidade	Total Portugal	7,8	9,4	11,3	7,8	6,8	7,3	6,6	6,9	5,1
	Lisboa V.T.		10	x	x	x	6,4	6	6,6	4,8
	Açores	x	x	x	8,7	8,2	7,9	7,2	7,7	6,4
	EU-15*	7,9	7,7	7,2	6,3 ^a	5,8	5,6	5,1	5,1	4,7
Taxa de divórcio	Total Portugal	0,1	0,1	0,2	0,7	0,9	1	1,2	1,8	2,2
	Lisboa V.T.	x	x	x	x	x	1,6	1,7	2,3	2,7
	Açores	x	x	x	0,3	0,7	1	1,3	1,8	2,3
	EU-15*	0,5	0,8	1,3	1,4 ^a	1,7	1,6	1,8	1,8	2
Idade média das mulheres no primeiro casamento	Total Portugal	24,8	24,3	23,6	23,3	23,6	24,4	24,9	25,3 ^o	25,7
	Lisboa V.T.	x	x	x	x	x	x	x	x	27,2
	Açores								23,4	22,7
	EU-15*	24,1	23,2	23	23,3 ^a	24,5	25,5	26,5	28,1	27,7
Casamentos entre solteiros	Total Portugal	94,7	95,4	95	x	89,4	89,4	88,4	87,7	83,6
	Lisboa V.T.	90,1	93,1	90,9	x	79,4				77
	Açores	95,4	95,6	96,3	x		91	89,7		83,2
Casamentos onde um dos cônjuges é divorciado	Total Portugal	1,1	0,9	2,1	x	7,6	8,5	9,9	11	16,4
	Lisboa V.T.	4,3	2,5	5,7	x	16,5				21,8
	Açores	1,01	0,6	0,3	x					15,6

¹² O recenseamento de 91 separa os casamentos "de facto", sem no entanto identificar o estado civil dos parceiros, o que na realidade pode envolver uniões de divorciados, solteiros ou mesmo indivíduos ainda casados com outros parceiros. O recenseamento de 2001 parece ter enfermado do mesmo defeito, tendo de novo questionado o estado civil considerando nessa categoria a união de facto, o que na realidade corresponde a um laço conjugal e não a um estado civil.

¹³ INE e SREA - *Estatísticas demográficas*

O quadro anterior (nº2) sintetiza os indicadores seleccionados, que nos permitem compreender em que momento e como acontece a transição para a conjugalidade, nomeadamente, a idade da mulher no casamento, a forma de celebração da união conjugal e o estado civil dos cônjuges no momento do primeiro casamento formal.

Para além dos indicadores já referidos, procuramos através dos dados disponíveis, nas estatísticas demográficas, caracterizar o casamento em Portugal nas últimas décadas, nomeadamente através das taxas de nupcialidade e de divórcio e da percentagem de casamentos segundo o rito católico.¹⁴

Os dados obtidos não nos permitem comparar Açores e Lisboa em todos os indicadores, no entanto iremos destacar os aspectos onde as diferenças são mais significativas

2.1.1 – O casamento segundo a idade da mulher

Numa primeira análise do quadro anterior (quadro nº2) destaca-se a diminuição, progressiva, da percentagem de *casamentos de mulheres com idade inferior a 20 anos*. No entanto, estes casamentos ainda representavam, em 2003, 23,9% dos registados nos Açores e apenas 2,3% em Lisboa. Por seu lado, os casamentos de mulheres com mais de 30 anos têm vindo a acontecer em maior número, sobretudo em Lisboa representando em 2003 cerca de 35,1% dos registos e 15,6% nos Açores. A este facto podemos relacionar o aumento progressivo, desde 1981, da *idade média no primeiro casamento em Portugal* (1981 = 23,3 e em 2003 = 25,7 anos).

2.1.2 - O casamento segundo a forma de celebração

De um modo geral, o casamento em Portugal assume a forma do rito católico como predominante. No entanto, segundo os dados publicados, os Açores parecem destoar do todo nacional (66,5%) ou mesmo de Lisboa (57,8%), apresentando uma percentagem de casamentos na Igreja bastante menos significativa (27,1%). Este facto poderá encontrar alguma explicação nas sucessivas medidas que têm sido tomadas, ao nível regional, em prol da habitação jovem, levando os casais a formalizarem o casamento pelo civil enquanto ainda somam, em idade, o limite exigido, nuns casos 55 noutros 60 anos. Este casamento, civil, é muitas vezes seguido de um casamento católico¹⁵ que, não valendo do ponto de vista do registo civil, parece representar o ritual, socialmente reconhecido, de entrada na vida conjugal.

Ao nível da *taxa de nupcialidade* os Açores mantêm os valores mais elevados, comparativamente a Lisboa e mesmo no todo nacional. Por sua vez, a *taxa de divórcio* na Região Autónoma tem vindo a aproximar-se dos valores nacionais, sendo Lisboa uma das regiões onde esta taxa é das mais elevadas. De notar que, na Europa dos 15, a taxa de divórcio, em 2003, era inferior à registada em Portugal.

Correlacionado com este dado encontramos a percentagem de casamentos onde pelo menos, um dos cônjuges era divorciado, que tem vindo a aumentar em Portugal (em 2003 representava 16,4% dos casamentos) e explica o aparecimento, cada vez mais significativo, de novas estruturas familiares, como sejam famílias *monoparentais* e famílias *recompostas*.

2.1.3 – Casamentos por grupo etário das mulheres segundo o nível de escolaridade

Os dados anteriormente apresentados permitem, desde logo, identificar um fenómeno de retardamento do casamento para depois dos 25 anos, o que em parte se correlaciona com o aumento do período de escolarização. Como vimos anteriormente, apesar de nem todas as mulheres atingirem os níveis mínimos da escolaridade actualmente considerada obrigatória, é um facto que cada vez há mais mulheres que prolongam a permanência na carreira académica, o que pode implicar um adiamento do projecto conjugal. Para além deste facto, que facilmente se depreende do aumento do nível de escolaridade da população feminina e do aumento dos casamentos depois dos 25 anos, é cada vez maior o número de casamentos onde a mulher possui um nível de escolaridade superior ao do marido, conforme podemos verificar no quadro seguinte (nº 3). Ao invés, tem diminuído de forma progressiva os casos em que é o marido quem detém o nível mais elevado.

Em 1984, a percentagem de casamentos onde o marido possuía um nível de escolaridade mais elevado do que a mulher era de 12,2%, sendo apenas de 10,4% a situação inversa. Em 2003, assistimos a uma diminuição do número de casamentos onde ambos os cônjuges têm o mesmo nível escolar e aumentam aqueles onde é a mulher quem detém o nível mais elevado, atingindo um terço do total de casamentos registados (32,2%) sendo apenas de 12,9% aqueles onde o homem detém um nível maior de escolaridade.

¹⁴ No quadro faltam alguns dados em alguns anos, por não existirem ao nível estatístico das NUTs II, nomeadamente para Lisboa e/ou Açores.

¹⁵ O estudo realizado, apresentado no 1º Congresso de Demografia e publicado na Revista Sociologia, Problemas e Práticas (nº39 - 2002), mostra como os dados do registo de matrimónios na Diocese mantêm os valores do casamento católico na ordem dos 80%.

Quadro 3

Conjugação dos níveis de escolaridade dos cônjuges no casamento (1984, 1991, 95, 99 e 2003) – Total Portugal – (%)

Conjugação do nível escolar	1984	1991	1995	1999	2003
Nível de escolaridade idêntico	77,4	81,7	76,6	56,5	54,9
Nível de escolaridade da Mulher superior ao do Homem	10,4	10,8	13,8	29,7	32,2
Nível de escolaridade do Homem superior ao da Mulher	12,2	7,4	9,7	13,8	12,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE/SREA

Se olharmos para esta realidade nos Açores e em Lisboa (quadro nº4), verificamos serem estes valores ainda mais expressivos atingindo, em 2003, nos Açores 39,2% e, em Lisboa, 28,5% de casamentos onde a mulher possuía um nível escolar mais elevado do que o do cônjuge.

Quadro 4

Distribuição dos casamentos segundo a conjugação dos níveis de escolaridade dos cônjuges, 1991 e 1999 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País – (%)

Conjugação do nível escolar dos cônjuges	Total País		Lisboa		Açores	
	1991	2003	1991	2003	1991	2003
Nível de escolaridade idêntico	73,7	54,9	63,6	58,7	76,6	44,8
Nível de escolaridade da Mulher superior ao do Homem	14,2	32,2	19,7	28,5	13,8	39,2
Nível de escolaridade do Homem superior ao da Mulher	12,2	12,9	16,7	12,7	9,7	16,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE/SREA

O quadro anterior (nº4) permite confirmar a presença, cada vez mais significativa, de mulheres mais escolarizadas, o que corresponde, para além das alterações do sistema de ensino obrigatório, a uma mudança da relação da mulher com o casamento enquanto momento de transição, cada vez menos considerado como a única finalidade da vida feminina. Para as mulheres, possuir um diploma e desenvolver uma actividade profissional passaram a constituir, a partir dos anos 90, objectivos e espaços de realização que se conjugam com a vida familiar, ainda bastante absorvente do tempo disponível.

2.1.4 – Casamentos por grupo etário das mulheres segundo a condição perante o trabalho

Analisando os dados referentes à condição perante o trabalho, o modelo mulher doméstica/marido empregado ainda prevalece nos Açores, apesar de uma tendência para diminuir. Os dados facultados (1981, 1991, 1999 e 2003), permitem uma comparação quanto à condição perante o trabalho dos cônjuges (quadro nº5). É notória a importância crescente da condição activa das mulheres no momento do casamento. O padrão de referência que dominava no passado, onde apenas o homem era garantia de sustento da família, tende a ser substituído por um padrão igualitário, onde ambos desempenham uma actividade profissional.

Quadro 5

Conjugação das condições perante o trabalho dos cônjuges, no casamento (Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País) - 1981, 1991 e 1999 - (%)

Conjugação das condições perante o trabalho	Total País			Lisboa			Açores		
	1981	1991	2003	1981	1991	2003	1981	1991	2003
Ambos activos	36,7	56,3	77,8	43,7	63,7	84,0	19,8	33,2	59,1
Homem empregado / mulher inactiva	57,8	36,3	14,2	49,2	28,5	10,8	78,1	60,5	34,1
Outras combinações	5,5	7,5	1,2	7,1	7,8	5,2	2,1	6,3	2,1

Fonte: Estatísticas Demográficas - INE/SREA

Apesar desta tendência ser geral, em Lisboa o peso dos casamentos onde ambos os cônjuges possuem uma actividade económica representa uma percentagem bastante mais significativa: em 1981 – representava 43,8% e em 2003 atinge 84%. Acompanhando a tendência nacional, nos Açores, este modelo de conjugalidade de “dupla profissão”¹⁶ representava, em 2003, 59,1% dos casamentos, revelando um aumento significativo deste fenómeno, quando comparado com 1981 (19,8%) (Ver quadro nº5).

Em síntese ser casada vai deixando de ser o único e principal estatuto social das mulheres, existindo, em paralelo, outros domínios de identificação, nomeadamente, a actividade profissional. Casando mais tarde, o casal, em particular a mulher, investe nos estudos e na vida profissional. Para além disso, e apesar de os dados estatísticos publicados ainda não nos permitirem quantificar, torna-se mais frequente a coabitação pré-nupcial, o que também explica o adiamento do casamento formal e o prolongamento do período de formação e a importância acrescida da profissão.

A entrada na vida conjugal não é o único momento do percurso de vida da mulher que condiciona a sua relação com os outros e consigo própria. O nascimento do primeiro filho é, por ventura, um dos momentos de transição mais significativo, na medida em que é determinado quer por factores biológicos (a idade fértil), quer por condições sócio-económicas e acontece num contexto relacional que, para muitas mulheres, significa o início da família, e o assumir um estatuto social para a vida inteira, ser mãe.

2.2 – O nascimento dos filhos – alguns indicadores (1960 - 2003)

Os dados disponíveis apenas nos permitem caracterizar as mulheres que são mães, pela primeira vez, segundo a sua idade. Quanto às outras variáveis que temos vindo a considerar, nomeadamente o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho, iremos considerar o total de nados-vivos, independentemente da ordem do nascimento.

2.2.1 – A idade da mulher no nascimento do primeiro filho

Conforme podemos observar, pelo quadro seguinte, a percentagem de primeiros filhos de mulheres com menos de 24 anos tem vindo progressivamente a diminuir e tem aumentado o número de mulheres que são mães pela primeira vez depois dos 25 anos, sobretudo depois dos 30.

Se, em 1960, apenas 10% das mulheres portuguesas eram primíparas nessa faixa etária, em 2003 esse valor ascendeu a 22,9% dos registos de primeiros nascimentos.

Olhando ainda o quadro n.º6, é notório o aumento da idade média no nascimento do primeiro filho em Portugal, depois de uma ligeira diminuição nos anos setenta e oitenta; apesar de Portugal (26,9) ainda estar bastante abaixo da média europeia (29,4 - 2002).

O adiamento do nascimento do primeiro filho vem reforçar a tendência para a maternidade tardia, como aliás podemos ver na figura seguinte (nº6). É cada vez menor o número de primeiros filhos de mães com menos de 20 anos e, em compensação, o grupo das mulheres entre os 30 e os 39 anos vive cada vez mais a experiência da maternidade pela primeira vez, o que, em geral, corresponde a um menor número de gravidezes no percurso reprodutivo.¹⁷

¹⁶ A designação “dupla profissão” pretende substituir a designação “dupla carreira”, que nem sempre corresponde ao tipo de actividade profissional desenvolvida pelos dois cônjuges. (Guerreiro, 1998)

¹⁷ Veja-se a evolução deste indicador no quadro seguinte.

Quadro 6

Evolução da percentagem de primeiros filhos por idade da mãe (1960-2003) – Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País

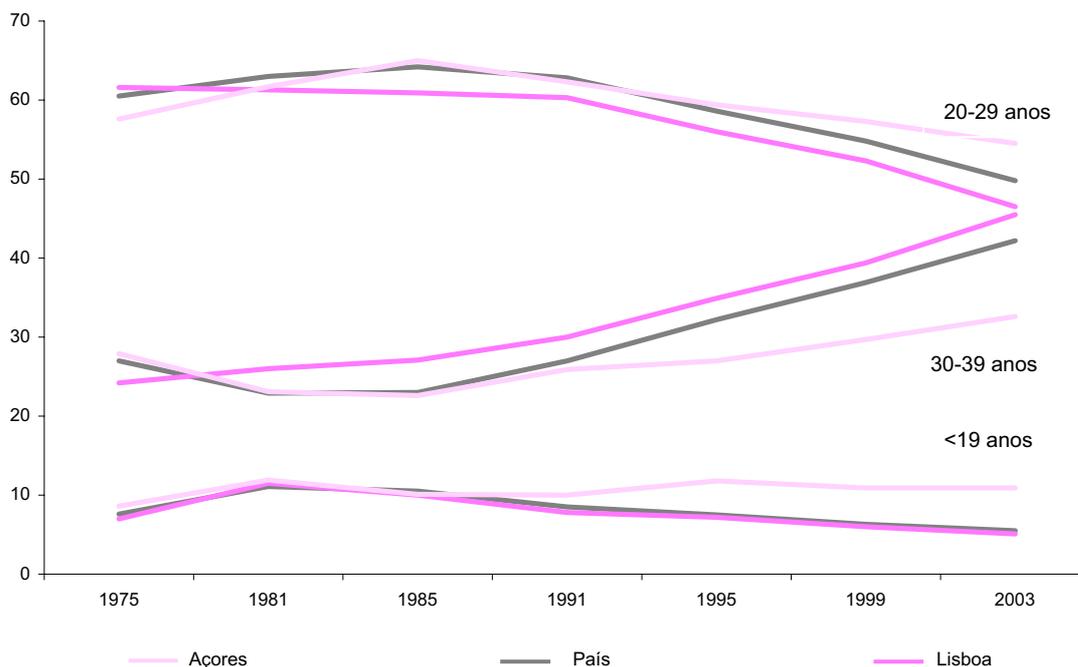
indicadores	Região	1960	1970	1981	1995	1999	2003
Mães <15 anos (%)	Total Portugal	0,01	0,04	0,3	0,08	0,09	0,12
	Lisboa	0,02	0,05	0,3	0,1	0,4	0,14
	Açores	0,03	x	0,1	0,2	0,3	0,3
Mães 15-19 anos (%)	Total Portugal	10,1	13,5	21,4	7	6,3	8,9
	Lisboa	7	9,7	18,1	6,8	5,9	7,9
	Açores	13,3	x	29,4	10,9	10,6	20,5
Mães 20-24 anos (%)	Total Portugal	45,4	48,3	47,7	23,6	21,2	22,8
	Lisboa	38,6	44,9	40,4	20,2	18,4	18,4
	Açores	49,6	x	52	29,3	27,8	31,1
Mães 25-29 anos (%)	Total Portugal	29,9	27	21,7	34	33,6	38,1
	Lisboa	34	31,4	26,7	34,7	33,9	37,6
	Açores	26,3		14,2	29,2	29,5	31,1
Mães 30-34 anos (%)	Total Portugal	10,1	7,5	6,3	24,9	26,1	22,9
	Lisboa	14,8	9,6	10,1	26,3	27,4	27,1
	Açores	7,5	x	3,2	20,5	20,6	14
Mães 35-39 anos (%)	Total Portugal	3,6	2,8	2	8,7	10,8	6
	Lisboa	4,6	3,5	3,2	9,9	12	7,5
	Açores	2,5	x	0,8	7,9	9,2	2,6
Mães 40 e + anos (%)	Total Portugal	0,9	0,8	0,7	1,7	2	1,5
	Lisboa	1	0,9	1,3	2	2,2	1,4
	Açores	0,8	x	0,1	2,1	2	0,5
Total %		100	100	100	100	100	100
Total nados-vivos (primeiro filho)	Total Portugal	61704	54837	67294	110345	116038	61218
	Lisboa	10815	13155	14085	35435	39369	18236
	Açores	2594	x	1512	x	1502	1479
Idade média ao nascimento do primeiro filho (anos)	Total Portugal	25	24,4	23,6	25,6	26,4	26,9
	Lisboa						27,6
	Açores	x	x	x	x	23,3	24,5
Idade média ao nascimento dos filhos (anos)	EU 15 *						29,4*

* Eurostat (2002)

Apesar de acompanharem as alterações registadas nas últimas décadas, os Açores ainda são uma das regiões onde a maternidade acontece mais cedo na vida de uma mulher, sobretudo no grupo etário com menos de 20 anos.

Figura 6

Evolução do número (%) de nados vivos por grupo etário das mães, 1975-2003 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



O quadro seguinte (nº7)¹⁸ sintetiza alguns indicadores que nos permitem compreender melhor a evolução da fecundidade nas últimas décadas em Portugal.

Destes dados destaca-se, desde logo, a diminuição generalizada dos valores da fecundidade e da mortalidade infantil. A este facto não podemos deixar de associar o aumento significativo dos partos em contexto hospitalar, sobretudo na década de 90. Comparando Açores e Lisboa, é notória a diferença existente nos anos 60 quando nos Açores muito poucos partos ocorriam fora da casa das parturientes (1960 - Açores - 11% e Lisboa - 51%). Esta realidade foi sendo depois esbatida ao longo das décadas seguintes até ser, actualmente, equivalente a Lisboa, em mais de 99% dos partos.

¹⁸ Nem sempre as estatísticas demográficas facultam os dados ao nível das NUTS II, o que dificulta a comparabilidade entre regiões. No entanto não quisemos eliminar alguns dos dados colectados, mesmo correndo o risco de não poder completar o quadro.

Quadro 7

Nados-vivos – alguns indicadores										
indicadores demográficos	unidade territorial	1960	1970	1975	1981	1985	1991	1995	1999	2003
nados-vivos de mães com idade igual ou inferior a 19 anos (%)	Total Portugal	3.8	5.5	7.6	11.1	10.5	8.5	7.5	6.3	5.5
	Lisboa	4.2	5.7	7	11.5	10	7.8	7.2	6	5.1
	Açores	4.2	x	8.6	11.9	10.1	10	11.8	10.9	10.9
nados-vivos de mães com idade entre 20 e 29 anos (%)	Total Portugal	55.1	55.2	60.5	63	64.2	62.8	58.6	54.8	49.8
	Lisboa	61.6	64.1	61.6	61.3	60.9	60.3	56	52.3	46.5
	Açores	54.9	x	57.6	61.7	65	62.3	59.4	57.3	54.5
nados-vivos de mães com idade entre 30 e 39 anos (%)	Total Portugal	35.1	33.4	27	22.9	23	27	32.2	36.9	42.2
	Lisboa	31.1	27.5	24.2	26	27.1	30	34.9	39.4	45.5
	Açores	67.4	x	27.9	23.1	22.6	25.9	27	29.7	32.6
nados-vivos fora do casamento (%)	Total Portugal	9.5	7.2	7.2	9.5	12.3	15.6	18.6	20.8	26.9
	Lisboa	18.5	12.6	12.3	12.3	20.9	22.6	27.3	30.7	39.3
	Açores	1.9	2.1	2.8	4.5	6.3	9.7	12.7	13.3	16.9
	EU-15**	5.1	5.6	6.8	10.5	14.9	20.5	23.5	27.2	31.4
taxa de natalidade (‰)	Total Portugal	24.1	17.8	19.01	15.4	12.8	11.9	10.8	11.6	10.8
	Lisboa	19.3	19.3	19.15	15.4	11	10.7	10.4	11.8	11.9
	Açores	32.2	20.7	19.67	20.4	18.3	16.2	14.5	13.7	12.9
	EU-15**	18.3	16.2	13.6	12.7	11.9	11.7	10.8	10.6	4.3
taxa de divórcio (‰)	Total Portugal	77.5	58	38.9	21.8	17.8	10.8	7.5	5.6	4.1
	Lisboa	x	43.4	30.7	17.5	16.9	9.4	6.8	4.7	3.6
	Açores	x	67.7	46.3	27.2	21.8	14.1	8.5	9.5	2.9
	EU-15**	34.5	23.4	18.1	12.4	9.5	7.4	5.6	5	
partos em estabelecimento hospitalar (%)***	Total Portugal	18	38	61	75.4	85.3	96.5	98.8	99,1°	99.3
	Lisboa	51	76	87	91.8	95.9	98.4	99.2	99,3°	
	Açores	11	43	64	88	96.8	98.3	99.3	99,3°	99.6
índice sintético de fecundidade	Total Portugal	3.1	2.8	2.6	2.1	1.7	1.6	1.4	1.46	1.44
	Lisboa	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	EU-15**	2.59	2.38	1.96	1.77	1.6	1.53	1.42	1.45	1.52
taxa de fecundidade(‰)	Total Portugal	85.1	75.6	74	62.6	49.8	49.4	46.6	44	43.2
	Lisboa	51.4	60.2	x	52.8	x	x	x	44.4	45.6
	Açores	129.5	106.9	x	93.2	84.4	73.6	57.4	54	49.5

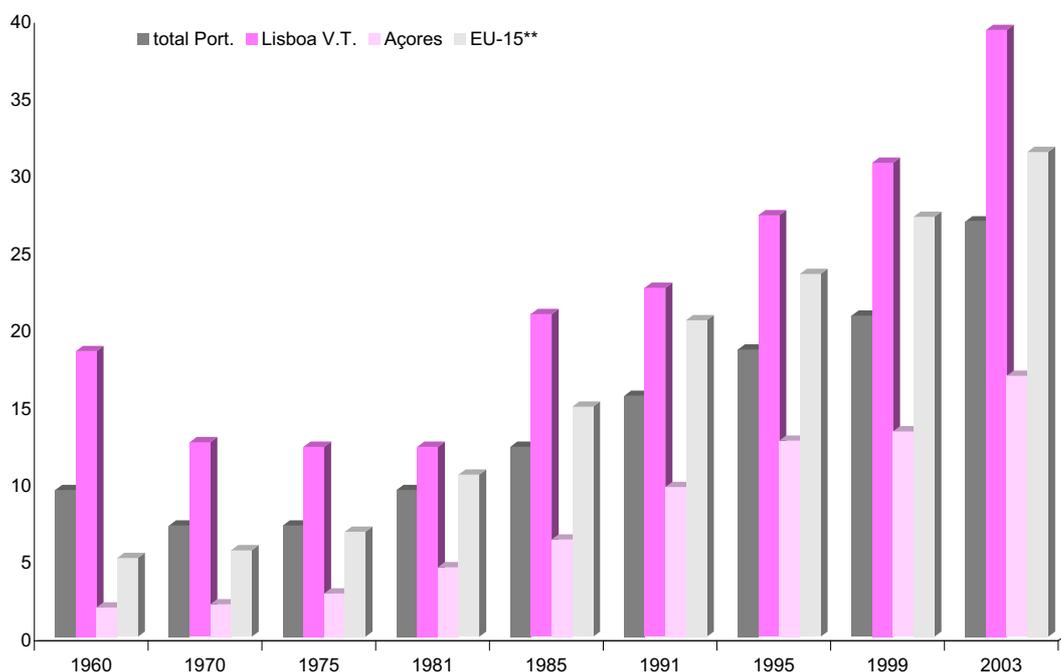
Fontes: Estatísticas Demográficas INE/SREA e EUROSTAT

2.2.2 – Nados vivos fora do casamento

Dos dados registados no quadro anterior (nº7), importa realçar a alteração do contexto familiar em que se enquadram os nados-vivos. É cada vez mais evidente a separação entre fecundidade e nupcialidade. Como podemos observar pelo quadro anterior e pela figura seguinte (nº7), a percentagem de nados-vivos fora do casamento tem vindo a aumentar substancialmente nos últimos anos, sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde em 2003 atingiu 39,3% dos registos. Nos Açores, estes nascimentos representaram, nesse mesmo ano, 16,9% dos registados.

Figura 7

Evolução da percentagem de nados vivos fora do casamento, 1960 a 2003 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: INE/SREA – Estatísticas Demográficas e EUROSTAT

Comparando com a Europa dos 15, Lisboa (39,3%) ultrapassava, em muito, a média europeia (31,4%) em 2003.

2.2.3 – Nados-vivos, por grupo etário, segundo o nível de escolaridade das mães em 2003 (Açores, Lisboa e Total do País)

Torna-se cada vez mais frequente a entrada na maternidade depois dos 25 anos, idade a partir da qual mais facilmente se encontram mães licenciadas e activas. No entanto, a análise da realidade portuguesa, com base na caracterização das mães dos nados-vivos, permite verificar a importância que ainda assumem os níveis de escolaridade mais baixos (1º e 2º ciclos) nas mulheres que foram mães antes dos 24 anos e depois dos 40. (ver quadro nº8)

Quadro 8

Distribuição dos nados-vivos por grupo etário das mães, segundo o nível de escolaridade da mãe (Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País) - 1981, 1991 e 2003 - (%)

Grupo Etário	Ano reg.	Não sabe ler			Sabe ler			Escolar. Obrigatória			Secundário Médio			Superior		
		T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores
< de 15 anos	1981	9.2	10.5	0.0	25.3	17.9	0.0	65.5	71.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
	1991	12.2	7.9	0.0	12.2	2.6	0.0	75.7	89.5	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
	2003	1.3	0.0	0.0	5.2	7.1	0.0	93.4	92.9	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
15 a 19 anos	1981	2.3	2.5	3.1	20.7	15.8	15.0	70.1	71.1	78.5	6.9	10.7	3.4	0.0	0.0	0.0
	1991	2.3	1.8	2.3	9.9	5.9	6.5	74.3	70.0	82.0	13.5	22.3	9.1	0.0	0.1	0.0
	2003	1.7	0.9	0.9	1.0	1.2	0.6	85.1	84.1	91.0	12.3	13.8	7.5	0.0	0.0	0.0
20 a 24 anos	1981	1.6	2.0	1.0	19.3	13.7	15.0	64.7	61.4	74.7	13.2	21.3	9.0	0.9	1.4	0.3
	1991	1.2	1.1	1.9	7.4	3.4	7.6	70.8	61.9	72.3	19.7	32.2	17.9	0.9	1.3	0.3
	2003	0.9	0.7	1.0	0.5	0.4	0.7	67.7	62.3	78.4	26.8	32.0	18.0	3.5	4.7	1.9
25 a 29 anos	1981	2.0	2.3	2.4	18.4	13.2	20.4	58.2	53.9	64.3	16.1	23.1	11.5	4.7	6.8	1.2
	1991	0.9	0.9	1.1	6.0	3.0	7.0	58.0	45.5	67.0	26.9	38.6	20.5	7.7	11.5	4.4
	2003	0.4	0.3	0.5	0.3	0.2	0.4	48.7	35.6	64.6	28.1	34.0	20.6	22.5	30.0	13.8
30 a 34 anos	1981	3.1	2.9	3.0	21.1	14.5	24.6	56.7	54.5	61.5	13.5	20.4	9.8	4.9	7.1	1.1
	1991	1.3	1.3	1.6	7.1	3.1	10.5	52.8	41.9	63.4	26.8	35.9	20.4	11.4	17.0	4.1
	2003	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.6	43.6	29.4	56.6	23.0	28.4	19.1	32.8	41.7	23.4
35 a 39 anos	1981	7.8	5.1	5.7	32.6	21.3	30.0	47.8	53.0	56.5	8.7	15.2	7.0	2.6	4.8	0.5
	1991	2.7	3.4	2.6	10.2	5.7	9.5	57.8	47.9	67.8	19.0	28.6	14.1	9.4	14.0	5.9
	2003	0.5	0.5	0.3	0.6	0.5	0.3	50.1	36.7	64.3	19.7	24.1	15.4	29.1	38.2	19.6
40 e + anos	1981	25.6	17.7	18.7	32.9	24.6	30.7	35.7	44.3	48.2	4.4	9.8	1.8	1.3	3.1	6.0
	1991	4.8	4.2	5.9	15.3	9.0	11.8	58.5	50.7	70.6	14.6	25.1	8.8	6.4	10.5	2.9
	2003	1.1	0.8	1.6	1.0	1.2	1.6	57.5	44.4	58.1	15.0	20.8	9.7	23.8	31.6	29.0

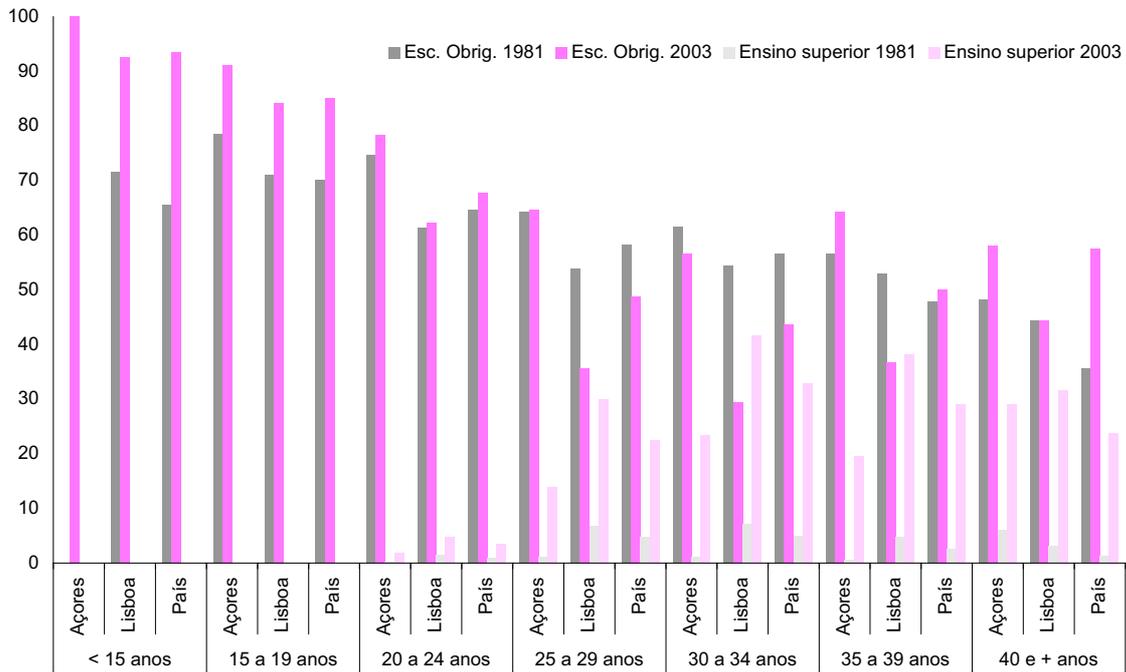
Fonte: INE/SREA - Estatísticas Demográficas

Nota: Os quadros estatísticos de 2003 consideram a escolaridade obrigatória de 9 anos (ensino básico), sendo esta de 6 anos nos dados de 1981 e 1991. Foi eliminado o nível "médio", passando apenas a existir o secundário e o superior.

Entre as mães com mais de 30 anos observa-se um número cada vez mais significativo de diplomadas com o ensino superior, em particular na faixa etária entre os 30 e os 34 anos, onde 41,7% das mulheres que foram mães em 2003 possuíam esse nível de formação. Apesar disso, ainda era bastante significativo em 2003, sobretudo nos Açores, o número de mulheres-mães que apenas possuía a escolaridade obrigatória. A figura seguinte (nº8) compara as mulheres mães que possuíam a escolaridade obrigatória ou o ensino superior, e permite visualizar o aumento significativo destas últimas, em detrimento das primeiras, em particular na Região de Lisboa. No caso dos Açores, e apesar do aumento das mulheres mais escolarizadas, a percentagem daquelas que apenas possui a escolaridade obrigatória continua a ser bastante significativa.

Figura 8

Evolução do número de mães com escolaridade obrigatória e com o ensino superior, 1981 e 2003 – Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: INE/SREA – Estatísticas Demográficas e EUROSTAT

2.2.4 - Nados-vivos por grupo etário da mãe, segundo a condição perante o trabalho na altura do nascimento

A esta baixa escolarização das mulheres açorianas, que aliás já havíamos registado em relação ao casamento, vem associar-se uma condição doméstica, que afecta não apenas os grupos etários mais velhos, mas inclusive as mães mais jovens. Conforme podemos verificar pelo quadro seguinte (nº9)¹⁹, só a partir dos 25 anos encontramos mais de 50% das mães na condição activa, num total máximo de 51,4% no grupo etário entre os 30 e 34 anos. A tendência inversa parece registar-se em Lisboa, onde mais de 50% das mulheres com mais de 20 anos e que foram mães em 2003, estava empregada. Entre as mulheres que possuem entre 25 e 39 anos, as activas representam mais de 75%.

Se considerarmos o total de nados-vivos em 2003, verificamos que 50% das mães açorianas eram activas, enquanto em Lisboa essa percentagem representou, nesse mesmo ano, 73,3%. Apesar da evolução registada nos últimos anos, em 2003 o peso relativo das mães não activas representou, nos Açores, em 2003, 46,8% enquanto em Lisboa não ultrapassava 5,4% e no total do País foi de 22,8% (ver figura 9).

¹⁹ O censo de 1981 não integra os valores das desempregadas, daí termos optado pela designação "com actividade económica" de modo a facilitar a comparabilidade entre Censos.

Quadro 9

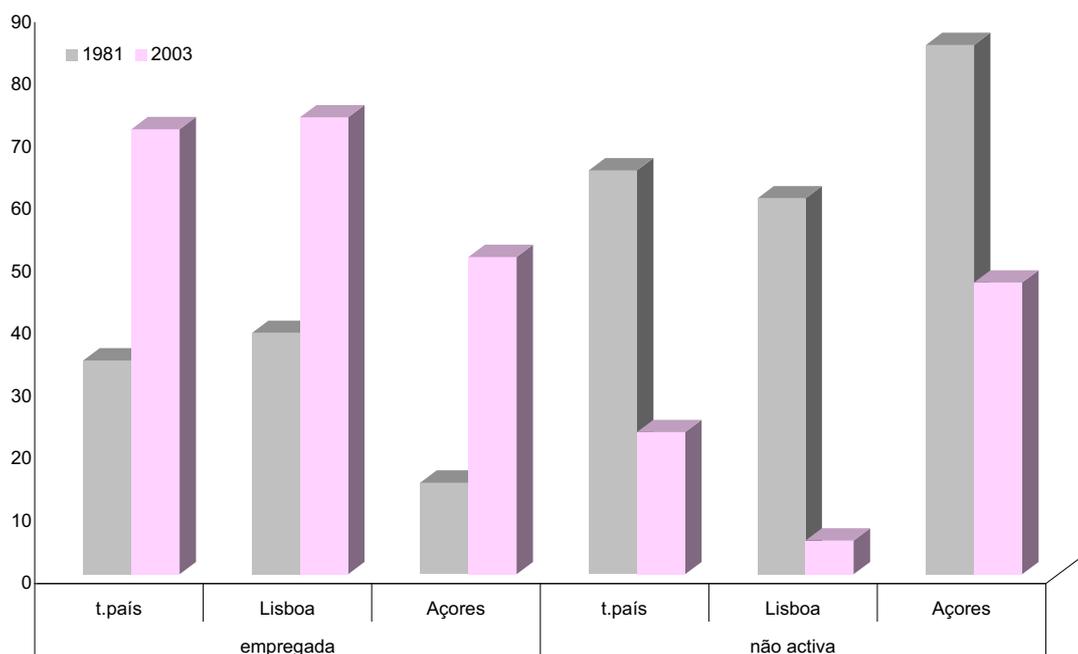
Distribuição dos nados-vivos por grupo etário das mães, segundo a condição perante o trabalho da mãe (Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País) - 1981, 1991 e 2003 - (%)

Grupo Etário	Ano reg.	Empregada			Desempregada			Não Activa			Outra			
		T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	T. País	Lisboa	Açores	
< de 15 anos	1981	1,7	1,5	0,0	1,2	0,0	0,0	97,1	98,5	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	1991	7,5	7,9	0,0	0,9	2,6	0,0	89,7	89,5	100,0	1,9	0,0	0,0	
	2003	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
15 a 19 anos	1981	14,0	13,0	3,1	1,5	1,0	0,2	84,8	85,9	96,0	0,1	0,1	0,7	
	1991	26,7	21,4	7,6	1,9	2,3	0,8	69,0	75,9	91,7	0,4	0,3	0,0	
	2003	25,7	23,9	11,6	12,2	12,3	3,3	62,1	63,8	85,1	0,0	0,0	0,0	
20 a 24 anos	1981	32,4	33,0	13,8	0,9	1,1	0,1	66,6	65,8	85,8	0,2	0,2	0,3	
	1991	46,4	43,2	23,4	1,3	1,8	0,4	51,6	54,3	76,2	0,7	0,6	0,1	
	2003	76,5	53,0	39,4	5,2	10,0	5,7	18,2	37,0	57,9	0,0	0,0	0,0	
25 a 29 anos	1981	44,4	48,9	18,6	0,6	0,7	0,2	54,7	50,2	81,0	0,2	0,2	0,2	
	1991	57,3	60,6	32,8	0,9	1,9	0,3	40,7	37,5	66,2	1,1	0,8	0,7	
	2003	76,5	77,8	60,8	5,2	3,7	2,2	18,2	17,2	37,0	0,0	0,0	0,0	
30 a 34 anos	1981	40,6	49,1	27,8	0,4	0,5	0,0	58,7	50,2	72,2	0,3	0,2	0,0	
	1991	57,9	63,5	34,6	0,7	0,8	0,3	40,2	34,6	64,9	1,2	1,1	0,3	
	2003	80,4	82,6	63,4	4,0	3,7	1,7	15,4	13,7	34,9	0,0	0,0	0,0	
35 a 39 anos	1981	27,7	39,8	12,2	0,4	0,4	0,0	71,5	59,4	87,8	0,5	0,5	0,0	
	1991	50,3	58,7	30,3	0,8	1,0	0,3	47,6	39,2	69,4	1,3	1,2	0,0	
	2003	76,8	80,7	59,8	4,0	3,4	1,6	19,1	16,0	38,6	0,0	0,0	0,0	
40 e + anos	1981	16,8	31,0	5,4	0,2	0,4	0,0	82,2	67,7	94,6	0,7	0,8	0,0	
	1991	39,2	51,4	23,5	0,5	0,8	0,0	58,3	45,7	76,5	2,1	2,1	0,0	
	2003	70,6	75,3	59,7	3,8	3,0	1,6	25,6	21,7	38,7	0,0	0,0	0,0	

Fonte: Estatísticas Demográficas INE/SREA

Figura 9

Evolução do número de mães empregadas ou não activas, de acordo com o registo dos nados-vivos, 1981 e 2003 - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País



Fonte: Estatísticas Demográficas INE/SREA

Em síntese, no que diz respeito à fecundidade, as alterações verificadas nos últimos anos não se reduzem à diminuição do número de nados vivos por mulher, mas revelam uma alteração da condição social das mulheres que são mães. De um modo geral, podemos afirmar que as mulheres-mães são cada vez mais escolarizadas e inseridas no mercado de emprego. À semelhança das outras mulheres, as mães portuguesas são menos exclusivamente domésticas, e vivem a maternidade no quadro de uma vida activa, para algumas, sinónimo de carreira profissional.

Apesar da importância destas alterações na condição social das mulheres, o país não é homogéneo quanto ao *impacte* da escolaridade e do emprego na população feminina, em particular nas mulheres que vivem a experiência da maternidade. No caso dos Açores, apesar da tendência acompanhar as alterações registadas no todo nacional, ainda vigora um modelo de mulher que entra na condição de “mãe” em idade jovem (antes dos 25 anos), dotada de uma escolaridade básica e, em cerca da metade dos casos, fica em casa cuidando dos filhos²⁰, excepção feita na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, onde o peso relativo das mães empregadas é ligeiramente superior.

3. Em síntese

Ao longo deste texto procurámos evidenciar, partindo da informação estatística disponível, os dados mais relevantes para uma caracterização comparada da população feminina nos Açores e em Lisboa.

Como podemos observar, a população açoriana é menos envelhecida na base da pirâmide do que a de Lisboa e Vale do Tejo. Mas, no que toca à população em idade activa, os Açores padecem de alguma carência, resultante, em parte, da perda de efectivos provocada pela emigração nas décadas de sessenta e setenta. O inverso parece caracterizar a população da Região de Lisboa onde é notória a presença de mulheres em idades activas, o que, em parte, poderá reforçar a taxa elevada de actividade feminina. A mulher lisboeta entra com mais frequência no mercado de trabalho, tenha ou não um nível escolar elevado, seja ou não solteira.

No caso dos Açores, existe um défice de mulheres adultas activas.

Olhando os dois momentos de transição, entrada na conjugalidade e nascimento do primeiro filho, pudemos verificar a tendência para uma certa precocidade (antes dos 20 anos) na idade do casamento e do nascimento do primeiro filho nas mulheres açorianas. Ao nível de outras variáveis, como seja a escolaridade e a condição perante o trabalho, as mulheres açorianas têm em geral, aquando do casamento e do nascimento dos filhos, um nível escolar mais baixo associado à condição de domésticas. No caso lisboeta, as mulheres casam em média mais tarde, sendo claro o aumento do número de primeiros filhos em mães com mais de trinta anos.

Estes factos reforçam, no caso dos Açores, o modelo de casal onde o homem é a principal fonte de sustento familiar e, no caso de Lisboa a conjugalidade de “dupla profissão”.

Apesar de o abaixamento da natalidade se poder considerar um fenómeno que afecta todo país, os Açores ainda mantêm uma taxa elevada no contexto nacional. Aliada a esta baixa generalizada da natalidade, aumenta a esperança média de vida, sobretudo para as mulheres, e aumentam os efectivos com mais de 65 anos, contribuindo para o envelhecimento da população portuguesa.

Se considerarmos que o nível de escolarização das mulheres com idades entre os 15 e os 49 anos não ultrapassa, em média, o segundo ciclo, os Açores ainda registam um número significativo de mulheres que apenas concluiu o primeiro ciclo, ou seja, apenas frequentou quatro anos de escolaridade. Por sua vez, a percentagem das que concluíram uma licenciatura é bastante mais significativa na Região de Lisboa.

Esta diversidade nos percursos escolares poderá explicar alguma resistência ao mercado de emprego por parte das açorianas e uma maior participação no caso lisboeta. Há no entanto que analisar estes dados, não apenas à luz dos registos estatísticos, mas também dos modelos culturais de referência, nomeadamente em termos da conjugalidade. O modelo de casal onde a mulher cuida do lar e dos filhos, enquanto o marido trabalha, ainda predomina nos Açores, como aliás pudemos constatar. Ao invés, esse modelo tende a desaparecer em Lisboa, onde a grande maioria dos casamentos associa dois indivíduos activos, o que não significa que a mulher não continue a cuidar do lar.²¹

²⁰ Os resultados do inquérito, que adiante apresentamos revelam a importância da guarda materna como solução nos primeiros anos de vida das crianças das famílias inquiridas.

²¹ Os resultados do recente Inquérito à Ocupação do Tempo (INE, 1999), revelaram serem sempre as mulheres, mesmo as que estão empregadas, quem dedica mais horas às tarefas domésticas. De acordo com os resultados obtidos no referido estudo, enquanto as mulheres empregadas ocupam 3:57(h) - em média - nos trabalhos domésticos e cuidados à família, os homens, na mesma condição, ocupam 0:54 (h).

Na medida em que, mais mulheres prolongam os estudos antes do casamento maior é o número das que adiam este momento de transição, o que contribui para uma inserção no mercado de emprego qualificado antes da estabilização da vida familiar. Quando comparamos homens e mulheres actualmente empregados, encontramos uma presença mais significativa de licenciadas do que de licenciados. Este facto resulta, em grande parte, de uma afirmação positiva da mulher no mundo profissional, nomeadamente em sectores outrora vedados à sua participação.

O percurso académico aliado a uma actividade profissional mais qualificada parecem ter, em Portugal, um papel preponderante no modo como são calendarizados o casamento ou o nascimento do primeiro filho, acontecimentos que envolvem alterações no percurso de vida. No entanto e, como foi possível verificar, continua a existir uma fronteira etária, que se situa entre os 25 e os 29 anos, que representa objectivamente e simbolicamente a idade limite para uma transição para a vida conjugal, muitas vezes coincidente com o nascimento do primeiro filho²².

Se por um lado, as mulheres assumem um papel cada vez mais relevante no mundo do trabalho, da intervenção pública, por outro, o mundo privado da família e da maternidade, enquanto universo relacional, continua a condicionar as suas opções, sejam académicas, profissionais ou outras.

É na medida em que as relações familiares são de cooperação e partilha, que estas condicionantes se atenuam e as transições familiares (casamento e maternidade) podem ser vividas, não como acontecimentos que limitam a plena participação da mulher na sociedade, mas como momentos de um percurso que integra diferentes dimensões identitárias.

Bibliografia

Almeida, Ana Nunes de, e Maria das Dores Guerreiro, (1993), «A família», in Almeida, Ana Nunes de e alter, *Portugal, valores europeus, identidade cultural*, Lisboa, ed. do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp.181-218

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), «Relações familiares: mudança e diversidade», in António F. da Costa e José M. Viegas (eds), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp.45-78.

Almeida, Ana Nunes de e Isabel Margarida André (1995), *Padrões Recentes de Fecundidade em Portugal*, Lisboa, Ed. CIDM (Cadernos da Condição Feminina).

Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André e Piedade Lalande (2002), Novos padrões e cenários para a fecundidade em Portugal, in revista *Análise Social*, nº 163, vol.XXXVII, pp.371-410.

Almeida, Ana Nunes de, Isabel Margarida André, DUARTE VILAR e Piedade Lalande (2004), *Contracepção e fecundidade*, Lisboa, Ed. ICS (Imprensa de Ciências Sociais).

Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade – família e transição demográfica*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Bozon, Michel (1990), «Les femmes et l'écart d'âge entre conjoints: une domination consentie » (I et II), in *Population*, 2 et 3, pp.327-360 et pp.565-602

Canço, Dina (1996), *As mulheres no Censo de 91*, Lisboa, Edição da Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres (CIDM) – Presidência do Conselho de Ministros, 67p.

Carrilho, Maria José e João Peixoto (1993), «A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992», in *Estudos demográficos – revista do gabinete de estudos demográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE)*, Lisboa, Ed.INE., pp.7-19.

Charbit, Yves (1999), «Famille et fécondité: pour une démographie compréhensive», in *Revue Sociologie et Sociétés*, vol.XXXI, nº1, printemps, pp.23-34

²² Segundo o Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo (IFPC, 1999), a maioria das mulheres tem o primeiro filho no ano em que inicia a vida conjugal ou no ano seguinte.

Desplanques, Guy et Michel de Saboulin (1986), «Mariage et premier enfant: un lien qui se défait», in *Économie et Statistique*, nº187, avril, pp.31-46.

Guimot, Pierre (1982), «L'âge à la première maternité: un moment clé du cycle de vie féminin méconnu de la recherche européenne», in *Les âges de la vie- Actes du VII Colloque national de démographie*, Paris, Ed. PUF (travaux et documents), cahier 102, pp.139-148.

Kaufmann, Jean-Claude (1994), «Nuptialité et conjugalité? Critique d'un indicateur et état des évolutions conjugales en Europe», in *Archives européennes de Sociologie*, tome XXXV, nº1, pp.3-20.

Lalanda, Piedade (1996), «A reprodução do papel da mulher através do casamento homogâmico», in *Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. ICS, pp.221-238.

Lalanda, Piedade (2000), «Casar pelo civil ou na igreja – uma abordagem comparativa da nupcialidade nos Açores e em Lisboa (1960-1997)», *1º Congresso português de Demografia – Tróia-Grândola*, 21-23 Setembro («Casar pelo civil ou na Igreja», in *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, nº39 – 2002, pp.69-84).

Wall, Karin (coord.) (2000), Ana Nunes de Almeida , Isabel André, M. Dores Guerreiro, Pedro Vasconcelos, Piedade Lalanda, Rodrigo Rosa, Sofia Aboím Inglês e Vanessa Cunha, *Famílias no Portugal Contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedades – Relatório Final*, Lisboa, Ed. CIES/ISCTE e ICS/Universidade de Lisboa (obra no prelo).

Distribuição do total da população feminina por nível de escolaridade* (Censos 81 e 91) - Região Autónoma dos Açores, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Total do País (%)

Nível Escolaridade*	Não sabe ler / Sabe ler sem diploma		Primário / 1º ciclo Ensino Básico		Preparatório / 2º ciclo Ensino Básico		Unificado / 3º ciclo Ensino Básico		Secundário		Curso Médio (pós-secundário)		Ensino Superior									
	1981	2001	1981	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001						
G. Etário	Região																					
15-19	Açores	5,2	2,1	3,1	51,7	35,4	10,3	37,0	53,2	30,8	3,4	6,4	47,7	2,6	2,9	7,9	0,0	0,0	0,0	0,0		
	Lisboa	4,5	3,7	2,1	48,9	27,6	4,6	23,9	43,0	16,2	7,1	13,1	60,7	15,6	12,7	16,4	0,0	0,0	0,0	0,0		
	Portugal	7,3	0,9	1,8	13,2	28,7	5,1	59,9	60,3	21,1	8,4	6,6	58,5	11,2	3,4	13,5	0,1	0,0	0,0	0,0		
20-24	Açores	5,0	2,0	4,2	55,4	31,9	10,3	19,8	37,4	21,8	7,7	10,6	27,6	7,9	13,2	30,9	3,5	2,1	0,0	0,7	2,9	5,1
	Lisboa	3,8	1,7	2,1	35,7	17,7	3,7	13,2	22,8	6,6	12,1	14,2	25,8	28,4	20,4	49,9	4,1	15,6	0,0	2,7	7,6	11,8
	Portugal	2,9	0,5	2,2	53,5	28,2	5,9	15,3	37,3	15,2	8,8	11,2	24,9	14,9	16,1	43,5	3,2	1,5	0,0	1,3	5,3	8,2
25-29	Açores	5,0	2,0	5,7	71,7	39,8	16,8	3,3	25,9	27,0	6,5	9,8	17,4	4,4	11,8	17,4	6,6	3,9	0,0	2,6	6,7	15,8
	Lisboa	2,2	1,5	2,5	50,5	26,2	5,8	7,4	17,0	8,5	13,5	14,9	19,5	11,6	17,7	31,8	5,0	4,6	0,0	9,8	18,1	31,9
	Portugal	3,6	0,6	3,1	66,0	32,6	11,3	5,6	20,7	20,6	8,4	11,4	16,7	6,1	15,3	25,6	5,2	4,3	0,0	5,1	15,2	22,7
30-34	Açores	6,0	2,3	6,9	70,3	52,2	24,8	3,1	16,8	26,4	6,2	7,6	15,7	3,3	11,7	13,0	9,2	4,0	0,2	1,9	5,4	1,3
	Lisboa	3,5	2,1	3,8	55,9	36,9	11,5	6,5	13,7	12,1	12,8	11,5	20,9	7,5	17,6	25,6	4,9	3,7	0,4	8,9	14,7	25,7
	Portugal	5,5	1,1	4,4	67,8	40,5	20,3	4,8	14,2	22,6	8,3	9,6	16,5	4,0	15,6	18,5	4,7	5,3	0,3	5,0	13,6	17,5
35-39	Açores	20,1	2,6	7,1	67,9	69,1	34,2	3,0	4,7	23,1	5,7	5,9	14,0	2,1	7,1	10,3	7,5	5,5	0,6	1,6	5,0	10,6
	Lisboa	7,6	2,4	4,7	61,6	52,4	18,1	5,9	8,1	13,6	9,8	9,7	19,6	2,6	11,8	22,4	5,1	4,7	0,6	7,5	10,9	21,0
	Portugal	12,8	1,2	5,2	65,4	54,9	30,2	4,2	7,1	20,1	6,1	8,7	15,3	2,9	10,5	15,0	4,9	6,1	0,5	3,7	11,5	13,7
40-44	Açores	31,2	3,0	8,9	56,2	72,4	44,6	1,9	3,3	16,6	2,8	6,0	11,4	1,1	5,8	10,0	6,0	6,2	0,7	0,9	3,3	7,9
	Lisboa	20,4	2,8	6,1	54,5	60,0	25,4	4,7	6,8	13,2	7,2	8,9	17,7	3,8	10,0	19,7	4,6	2,9	0,9	4,8	8,7	17,1
	Portugal	35,6	1,9	7,0	49,5	58,2	38,5	3,0	6,3	16,2	3,8	8,8	13,4	1,7	9,7	13,0	4,1	5,3	0,7	2,3	9,9	11,3
45-49	Açores	42,9	6,6	12,0	46,3	72,9	57,5	1,7	3,4	6,9	2,3	4,5	7,7	1,0	4,1	6,7	5,2	6,2	1,1	0,8	2,4	8,0
	Lisboa	28,3	9,0	7,7	49,9	50,0	37,4	3,9	8,0	10,1	7,1	9,2	14,8	3,3	10,4	14,9	4,1	4,3	1,1	3,4	9,0	13,9
	Portugal	47,1	5,7	9,3	40,8	59,8	51,8	2,3	5,5	9,1	3,4	6,9	9,7	1,4	7,6	9,0	3,3	6,2	1,0	1,6	8,3	10,1
Total	Açores	13,3	2,8	6,5	59,9	52,6	26,5	11,7	20,7	22,5	5,2	7,4	21,3	3,6	8,6	13,8	5,1	4,0	0,3	1,2	4,0	6,9
	Lisboa	10,1	3,0	4,1	51,4	41,6	15,2	8,0	13,5	11,2	10,3	11,3	24,4	9,8	14,3	26,4	4,4	5,2	0,4	5,9	11,1	18,1
	Portugal	15,2	1,6	4,7	54,7	43,7	23,1	9,6	19,0	17,9	6,8	9,3	21,6	6,0	12,0	20,1	4,0	4,4	0,3	3,0	10,1	12,3

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (1981, 1991 e 2001)

Notas: * Nível de escolaridade completo ou a frequentar. As parcelas sombreadas representam uma sobrevalorização em relação à média = ou > a 10%.